

Ciência, profissão e empregabilidade: três teses sobre a relação entre a sociologia e o mercado de trabalho

João Mineiro¹

Resumo: A empregabilidade é um conceito crescentemente convocado para o debate em torno da relação entre a universidade e o mercado de trabalho. Neste artigo procuro discuti-lo enquanto problema sociológico e apresento três teses sobre a relação entre a cientificidade e a profissionalização dos sociólogos. A primeira é a de que a sociologia só é profissionalizável se a sua dimensão propriamente científica contaminar os seus terrenos profissionais. A segunda é a de que a profissionalização científica depende da rejeição de uma cultura de dissociação entre ciência e profissão. E a terceira é a de que a profissionalização da sociologia é incompatível com o empobrecimento da dimensão crítica dos sociólogos.

Palavras-chave: sociologia; empregabilidade; ciência; deontologia.

Abstract: Employability is a concept that has been increasingly used in the debate about the relationship between universities and the labour market. In this article we intend to discuss this issue as a sociological problem and present three theses of the relationship between the science and the professionalization of sociologists. The first is that sociology can only be professionalized if its scientific domain contaminates the professional field it is inserted in. The second thesis is that the scientific professionalization depends on the rejection of a culture of dissociation between science and profession. The third thesis is that the professionalization of sociology is incompatible with the impoverishment of the critical dimension of sociologists.

Keywords: sociology; employability; science; deontology.

A empregabilidade enquanto problema sociológico

A reflexão a que este texto dá corpo tem origem na apresentação de uma comunicação no encontro “Desafios à formação e empregabilidade dos sociólogos em Portugal:

1. Sociólogo, mestrando em Sociologia pelo ISCTE-IUL, tem trabalhado as problemáticas das classes sociais, desigualdades, juventude, inserção profissional e educação.

profissionalização e deontologia”, organizado pelo Departamento de Sociologia do ISCTE-IUL, o CIES-IUL e a Associação Portuguesa de Sociologia, no dia 22 de Março de 2014, no ISCTE-IUL. Nesse encontro propus-me refletir em torno do caso de sete sociólogos de diferentes campos profissionais entrevistados para uma outra pesquisa (Mineiro, 2012) a partir do problema suscitado no título do encontro: “os desafios à formação e empregabilidade dos sociólogos”. Mas como os títulos são também orientações de reflexão, vale a pena começar pelo título do encontro e pelo debate que ele suscita.

A empregabilidade tem sido discutida na sociedade portuguesa sobretudo enquanto problema social e baseia-se numa ideia aparentemente simples: a uma formação superior deveria corresponder uma inserção profissional vantajosa. Se durante muitos anos estudar no ensino superior significava ter fortes garantias de obtenção de empregos qualificados, estáveis e bem remunerados, desde 2008 a crise económica, a contração da economia e o aumento do desemprego em Portugal começaram a afetar também as condições de inserção profissional dos diplomados. Os discursos então centrados nas vantagens propriamente económicas e individuais da formação superior começaram a ser colocados em causa, abrindo um debate profundo sobre a questão da empregabilidade no Ensino Superior. Esse debate tem estado presente em vários domínios da discussão pública sobre a educação, o emprego e a relação entre o ensino superior e o mercado de trabalho, e tem animado polémicas político-ideológicas de grande relevância sobre o que se convencionou chamar de “função social da universidade” ou “terceira missão da universidade”. Sobre esse debate importa sinalizar três pontos de partida essenciais.

Em primeiro lugar, apesar da degradação recente e acelerada das condições de trabalho dos diplomados, é falsa a ideia de que estes estão hoje nas mesmas condições profissionais em que está quem não tem formação superior. Contudo, apesar de os dados nos sugerirem que ter uma formação superior coloca os jovens em menor risco de estarem em situação de desemprego, baixos salários ou de precariedade laboral, a verdade é que os dados mais recentes mostram um aumento do desemprego dos diplomados, uma redução das suas remunerações e uma diminuição da adequação entre o emprego obtido e a área de formação. Essa evolução é partilhada pela generalidade dos cursos e áreas

científicas e acompanha as linhas de evolução dos dados do emprego da população portuguesa.

Em segundo lugar, o atual debate sobre a empregabilidade não é um debate neutro. As estratégias que se têm adotado para a valorização da empregabilidade no ensino superior têm conduzido a uma discussão, que importa detalhar, em torno da relação entre a formação e o emprego (ou se quisermos entre a universidade e o mercado de trabalho), cujas implicações no plano das políticas públicas para a educação e para o emprego exigem uma análise cuidada, crítica e rigorosa.

Em terceiro lugar, o uso da noção de empregabilidade para fins político-ideológicos não é recente. Pelo contrário, a empregabilidade é usada pelo menos desde o início do século passado (Alberto, 2005), embora nos últimos anos tenha sido crescentemente convocada para a reflexão sobre as questões educativas, tendo conduzido a transformações concretas nas universidades e nas políticas públicas para a educação.

Na minha perspetiva, um olhar reflexivo sobre os desafios da formação e da empregabilidade dos sociólogos deve estar profundamente ligado àquilo que são os problemas da inserção profissional de diplomados no seu conjunto, às reflexões que eles suscitam sobre a relação entre a universidade e o mercado e à forma como esses debates se consubstanciam em agendas político-ideológicas. É esse debate que aqui pretendo retomar.

Usos e implicações do conceito de empregabilidade

O conceito de empregabilidade é marcadamente polissémico, isto é, um conceito sobre o qual diversos atores atribuem significados muito diferentes. Ao contrário do que se possa pensar, longe de ser recente, a sua origem remota ao início do século XX (Alberto, 2005). Segundo o economista francês Bernard Gazier (2001; 1998a; 1998b) é possível estabelecer um olhar diacrónico sobre a origem e os percursos do conceito de empregabilidade durante esse século e identificar sete noções distintas: a *empregabilidade dicotómica* dos primeiros anos do século XX, que procurava diferenciar os “empregáveis” (disponíveis para trabalhar) dos “não empregáveis” (incapazes de exercer um trabalho); a *empregabilidade médico-social*, que emerge nos anos 50, e se refere às características sociais, psicológicas e mentais que definem se uma pessoa é ou

não empregável; a *empregabilidade de política de mão-de-obra*, surgida nos anos 60, e que media as disparidades entre as características de um indivíduo e as necessidades do mercado de trabalho; a *empregabilidade-fluxo*, surgida entre 1966 e 1986, em França, para interpretar as dificuldades de reinserção de desempregados a partir do tempo médio do seu desemprego; a *empregabilidade-performance*, que surge desde os anos 70, mas sobretudo nos anos 80 e 90, procurando definir um índice sintético das aptidões de um indivíduo ou grupo para a empregabilidade; e finalmente, as noções de a *empregabilidade-iniciativa* e a *empregabilidade-interativa*, ambas surgidas no início dos anos 90, a primeira acentuando, nas políticas de recursos humanos, a conceção de que uma carreira de sucesso requer o desenvolvimento de competências que potenciem flexibilidade aos trabalhadores para se adaptarem às mudanças organizacionais, e a segunda que acrescenta a essa noção uma série de dimensões interativas e coletivas decorrentes das condições e trajetórias do mercado de trabalho.

Olhando para a literatura produzida depois dos anos 2000 sobre a noção de empregabilidade, creio que é possível identificar pelo menos um novo uso do conceito em relação àqueles que Bernard Gazier mapeou até aos anos 90 do século passado. Esse novo uso está relacionado com o tipo de formação que os diplomados devem ter para ingressarem no mercado de trabalho ou, como alguns defendem, para estarem “empregáveis”. De facto, no quadro das sociedades ocidentais contemporâneas, a noção de empregabilidade tem-se desenvolvido nos últimos anos como um instrumento de mediação entre a lógica do Estado e a lógica do Mercado no Ensino Superior (Tomlinson, 2012; Boden e Nedeva, 2009). No campo universitário tem-se consolidado a institucionalização de um discurso empresarial-individual da empregabilidade, acompanhado por profundas reestruturações organizacionais, novas práticas de gestão empresarial e de responsabilização individual pelo sucesso e insucesso profissional. Esse discurso, em alguns casos legitimado por professores (Helal e Rocha, 2012), noutro por estudantes (Zulauf, 2006)², têm-se traduzido em pelo menos sete transformações concretas na organização da formação.

2. Os primeiros alimentam a ideia de que os problemas da adaptação da universidade ao mercado de trabalho são da responsabilidade individual, tendo os estudantes que potenciar as suas competências e aptidões mediante as necessidades que decorrem da transformação do mercado de trabalho. Os

Em primeiro lugar, o uso da empregabilidade enquanto conceito tem-se traduzido numa adaptação curricular e pedagógica dos cursos, com vista a uma maior ligação ao mercado de trabalho. Boden e Nedeva (2009) afirmam mesmo que no Reino Unido o conceito de empregabilidade é a base de sustentação de adaptações curriculares e pedagógicas em função das necessidades imediatas do mercado e dos empregadores:

"As recentes conceptualizações da empregabilidade dão um forte incentivo para que as universidades reestruem os seus currículos para linhas mais vocacionais, educando estritos especialistas para trabalhos específicos. (...) A reconceptualização da empregabilidade e sua efetiva captura e controle por parte do Estado tem implicações claras e potencialmente graves para a natureza das práticas pedagógicas das universidades e dos seus currículos" (2009, pp. 47-49).

Esta perspetiva é confirmada por projetos como o *The Mislem Project* (2007) da União Europeia, onde no seu relatório *Education, Employment and Graduate Employability: project manual* se propõe a introdução das questões da empregabilidade e da gestão de negócios nos currículos das universidades, incorporando algumas destas competências em todas áreas científicas e curriculares (Andrews e Higson, 2007).

Em segundo lugar, a noção da empregabilidade tem conduzido a reestruturações organizacionais e novas práticas de gestão empresarial nas universidades. Como Boaventura Sousa Santos bem identificou (2008), na transição de século as políticas universitárias foram marcadas por um desinvestimento no financiamento público ao ensino superior. Nesta lógica, as universidades são chamadas a aumentar os custos da formação e a recorrer a financiamento privado, sendo esta alteração acompanhada de novas práticas de gestão das instituições, a que se acrescentam mudanças na organização interna das instituições.

Em terceiro lugar, a omnipresença da noção de empregabilidade traduziu-se em novos paradigmas de produtividade e rentabilidade no ensino superior. As agências de acreditação começaram a avaliar as instituições não apenas em termos da dimensão propriamente educativa e científica da formação, mas em termos da sua relação imediata com o mercado de trabalho, através de cálculos de “índices de empregabilidade” que se comparam entre instituições.

segundos mostram-se favoráveis a alterações pedagógicas e curriculares que incluam uma maior presença de tipos de formação essencialmente profissionalizantes nas várias áreas científicas.

Em quarto lugar, esta omnipresença tem-se também traduzido num aumento dos custos da formação superior. No caso do Reino Unido, por exemplo, Michael Tomlinson (2012) destaca o seguinte:

"Na última década no Reino Unido tem-se, portanto, assistido a um grande enfoque nas competências de 'empregabilidade', incluindo comunicação, trabalho em equipa, TIC e gestão pessoal³ na construção do currículo formal. Esta agenda continuará a ganhar espaço com o aumento crescente dos custos de estudo no Ensino Superior e da vontade, entre os licenciados, para adquirirem mais competências vocacionais relevantes para melhor os preparar para o mercado de trabalho" (2012, pp. 412).

Contudo, apesar do aumento exponencial das propinas nos últimos anos em Portugal e noutros países europeus encontrar legitimação social a partir da narrativa de que um estudante vai obter benefícios económicos e profissionais da formação⁴, Monika Zulauf (2006) identifica uma complacência nos meios estudantis com estas reformas e chega a defender uma introdução das competências da empregabilidade em todos os domínios e ciências, nomeadamente nos cursos sem qualquer orientação vocacional que, segundo a autora, podem desenvolver aptidões relacionadas com o trabalho, através do desenvolvimento de tarefas para práticas imaginativas numa série de campos e/ou níveis ocupacionais de emprego tipicamente procurados por diplomados.

Em quinto lugar, um discurso centrado na empregabilidade no ensino conduz a que numa altura de crise, em que a formação superior não é uma garantia óbvia de sucesso profissional, as expectativas dos estudantes e das famílias sobre as instituições de ensino diminuam. Se anteriormente as famílias investiam na formação dos seus filhos para que estes pudessem ter melhores oportunidades profissionais e de vida, nos últimos anos assistimos a reduções no número de matriculados no ensino superior e no número de estudantes que terminam o ensino secundário e não ponderam prosseguir os estudos.

3. A expressão do artigo em inglês é *self-management*, cuja tradução literal para "auto-gestão" seria enganadora. Utilizamos por isso a expressão "gestão pessoal" que parece dar melhor conta do significado da expressão inglesa.

4. Uma outra realidade que está a ganhar muita importância são os empréstimos bancários aos estudantes do Ensino Superior. Em Portugal, segundo a Sociedade Portuguesa de Garantias Mútuas 17759 mil estudantes já recorreram a 202 milhões de euros em empréstimos para pagar os seus estudos.

Em sexto lugar, este discurso tem-se traduzido numa transformação na ideia de justiça social associada à formação superior. Por um lado, ele tem contribuído para uma divisão entre as universidades que formam “líderes” e empregadores e aquelas que formam “empregáveis dóceis” (Boden e Nedeva, 2009). E por outro lado, um discurso sobre a educação centrado nos benefícios económicos e individuais que esta proporciona aos diplomados, traduz-se num aumento dos custos do ensino para os estudantes (principalmente através do aumento das propinas), uma vez que esses custos são vistos como um investimento pessoal na melhoria das condições de vida, deixando o acesso ao ensino superior de ser visto como um direito social fundamental.

Por último, o atual discurso da empregabilidade tem acentuado as lógicas da reprodução social. Isto é, sendo um discurso centrado nas competências do indivíduo e nos currículos das universidades, ele ignora as condições sociais em que se podem potenciar ou mitigar a possibilidade de um diplomado ter sucesso no mercado de trabalho. Olhando para a empregabilidade de forma transversal, independente dos grupos sociais e das origens e pertenças de classe, esconde-se uma leitura próxima da que Bourdieu (2002) propõe, e que tenderia a olhar para as disposições incorporadas e transponíveis que orientam as perceções, representações e ações dos indivíduos, neste caso dos diplomados do ensino superior. É aliás essa uma das conclusões de Tomlinson (2012), que a partir de uma revisão de estudos sobre as condições e os percursos sociais dos diplomados adverte com absoluta clareza para esta questão:

"O que a pesquisa mostra é que as escolhas dos graduados sobre o mercado de trabalho estão muito relacionadas com as suas disposições pré-existentes e as identidades dos alunos enquadram o que é percecionado como apropriado e disponível. Tais disposições foram desenvolvidas no seu ciclo de vida e orientam-os de forma intuitiva para determinadas metas de carreira. As escolhas de carreira tendem a ser feitas em quadros de acção específicos, ou o que eles referem como ‘horizontes de ações’". (2012, pp. 422)

Três teses sobre a relação entre a sociologia e o mercado de trabalho

Perante alguns dos usos e implicações da noção de empregabilidade que aqui discuti, no caso da sociologia importa relançar o meu ponto de partida: qualquer reflexão sobre a formação e a empregabilidade dos sociólogos deve estar condicionada pela ideia de que a empregabilidade da sociologia não se pode valorizar à custa do seu empobrecimento

científico, reflexivo, crítico e epistemológico. Desta forma, proponho aqui três teses sobre a relação entre a sociologia e o mercado de trabalho. A primeira é a de que a sociologia enquanto ciência só é profissionalizável na medida em que o seu *ethos* científico contamine o seu potencial mercado profissional. A segunda é a de que a profissionalização científica depende da rejeição de uma cultura de dissociação entre ciência e profissão. E a terceira tese é a de que a profissionalização da sociologia é incompatível com o empobrecimento da dimensão crítica e reflexiva dos sociólogos. Analisemos os argumentos de cada uma delas.

No que respeita à primeira tese, defendi noutra ocasião que “a minha hipótese é a de que a cientificidade do conhecimento sociológico como objetivo profissional, como direção epistemológica, como processo metodológico e como referência teórica, é uma arma profissional fundamental para os sociólogos que trabalham fora da investigação académica, é uma potencialidade única na profissionalização dos sociólogos em diversos setores e um fator de diferenciação essencial com as outras ciências e profissões” (Mineiro, 2012, pp.4). Mantenho essa hipótese com uma convicção acrescida: a sociologia enquanto ciência só profissionalizável fora da academia se conseguir que os pressupostos da cientificidade do seu conhecimento contaminem os diversos campos profissionais. Isto é precisamente o contrário de dizer que os interesses imediatos do mercado e dos diversos campos profissionais devem contaminar a autonomia científica, disciplinar, pedagógica e epistemológica da sociologia, nomeadamente na sua formação.

Como defendi noutra ocasião, na minha perspetiva podemos identificar cinco potencialidades dos pressupostos da cientificidade da sociologia para a sua profissionalização fora do campo académico (Mineiro, 2012). A primeira é a de que a preocupação com a cientificidade quando se aborda um fenómeno social é uma ferramenta única para a prática profissional. O raciocínio científico constitui uma forma de olhar a realidade que tenta rejeitar os preconceitos, as respostas imediatas, a aparência da realidade social ou, como Santos Silva (1986) afirma, “o efeito de naturalização dos factos sociais”. Desta característica dá também conta Fernando Luís Machado, quando afirma:

“Sejam quais forem esses papéis [profissionais] e as inserções institucionais onde eles se desenvolvem, sejam elas universitárias ou não universitárias, pode dizer-se que a prática

profissional quotidiana de um sociólogo não se compadece com rotinas não-reflexivas. Quanto menos reflexiva for essa prática, menos sociológica tenderá ela a ser, mesmo nos casos, ou até principalmente neles, em que se seja detentor de técnicas operatórias muito sofisticadas” (1996, pp. 87).

A segunda potencialidade é a de que a formação da cientificidade se constrói através de técnicas de recolha bibliográfica e teórica muito completas. Não se faz ciência sem se perceber o que já foi investigado sobre o fenómeno em que se trabalha. Essa técnica de recolha e de “inventariação teórica” é uma grande potencialidade profissional.

Uma terceira potencialidade da cientificidade da sociologia para a prática profissional prende-se com o facto de os sociólogos possuírem um conjunto de competências e ferramentas metodológicas e de verificação, por norma especialmente vocacionadas para a investigação científica académica, mas que também são mobilizáveis para os mais diversos contextos profissionais e organizacionais.

Uma quarta potencialidade é a de que para além dos saberes e competências de base, contextuais e complementares identificados por António Firmino da Costa (2004), a afirmação dos sociólogos enquanto “profissionais científicos” é um ferramenta profissional, porque os incumbe de elevados padrões de exigência sobre o seu trabalho e porque potencia a capacidade de ligar os saberes e competências de base, aos saberes contextuais e às formações complementares.

Uma última potencialidade ligada às quatro anteriores, e para retomar a conceptualização de António Firmino da Costa, está relacionada com a capacidade de articulação profissional de competências teóricas, competências metodológicas, competências relacionais e competências operatórias (Costa, 2004). A articulação destas competências é a pedra basilar da transposição do campo científico propriamente dito para o campo profissional.

Uma segunda tese que aqui trago a discussão é a de que a profissionalização científica depende da rejeição de uma cultura de dissociação entre ciência e profissão. É comum em muitos sociólogos, e na sociedade em geral, a ideia de que quem faz sociologia não exerce uma profissão. E que quem exerce uma profissão não faz sociologia. Esta cultura de dissociação entre a ciência e a profissão confirmada por António Firmino da Costa (1988) parece fundada “na maneira como na cultura profissional dos sociólogos se incrustam normas genéricas do *ethos* da ciência (...) [e] tem a ver com uma curiosa

tendência – de que já Lévi-Strauss dava conta referindo-se aos seus tempos de estudantes, nos anos 20 –, de os estudantes universitários se dividirem entre os que procuram a universidade para conseguirem uma profissão e os que a procuram para não ter uma profissão” (Costa, 1988, pp.111).

Partilho da ideia de que os campos da ciência e da profissionalização da sociologia não devem ser entendidos de uma forma dicotômica. Essa visão simplista traduz-se na ideia pouco estimulante de que os sociólogos que não fazem trabalho académico são menos sociólogos e de que os sociólogos que o fazem não exercem propriamente uma profissão. Ao contrário dessa visão, creio que o exercício profissional da sociologia deve medir-se não apenas em termos dos terrenos profissionais em que esta se exerce, mas sobretudo na forma como os sociólogos mobilizam as suas competências teóricas e metodológicas e as suas perspetivas reflexivas e críticas nos vários terrenos sociais e profissionais.

Finalmente, interessa aprofundar a terceira tese que proponho e que consiste na ideia de que a profissionalização da sociologia é incompatível com o empobrecimento da dimensão crítica e reflexiva dos sociólogos.

A sociologia não é um campo recôndito da sociedade. A relação entre a sociologia e a sociedade, ou se quisermos a relação entre a prática científica e profissional dos sociológicos e outras entidades na sociedade, como os centros de investigação, os financiadores, os empregadores, o poder político ou a comunicação social, foi objeto de uma discussão longa que se traduziu na criação de um código deontológico que articulou uma dimensão cognitiva e uma dimensão deontológica da sociologia (Costa, 2004). Esse código, para além da uma adaptação à consciência sociológica das relações sociais, das relações de poder, das mudanças sociais, dos conflitos de interesses e da pluralidade de epistemologias e paradigmas, construiu um quadro normativo das obrigações, deveres e responsabilidade dos sociólogos (Costa, 2003). Os princípios deste código residiram assim na responsabilidade social do sociólogo, na exigência da competência do trabalho sociológico e na sua autonomia de conceção e planeamento das pesquisas.

A avaliar pelas representações e experiências profissionais dos sociólogos entrevistados numa outra pesquisa que desenvolvi (Mineiro, 2012), poderia dizer que há duas exigências que, por vezes, são difíceis de gerir no trabalho dos sociólogos. A primeira é a exigência de conhecer melhor a sociedade, construindo estratégias

metodológicas e teóricas para que a análise científica seja o menos contaminada possível pelos valores e preconceitos dos próprios cientistas e das sociedades e contextos em que se inserem. E a segunda é a exigência da responsabilidade social da sociologia, do seu sentido crítico e das potencialidades e ferramentas que a disciplina tem para promover mudanças sociais e ajudar à resolução de problemas na sociedade.

Pensando nessas exigências em termos mais amplos, tenho considerado que sob égide de uma conceção neopositivista de neutralidade se coloca um discurso tão cínico quanto perigoso: os conhecimentos que denunciam relações de poder sobre os mais fracos são rotulados de “discursos ideológicos”; e os conhecimentos produzidos para sustentar políticas públicas ou as necessidades económicas são catalogados de “conhecimento científico”. Pessoalmente, considero com extremo ceticismo a possibilidade de um discurso científico impenetrável a elementos políticos, na medida em que o nosso posicionamento na realidade é também o que medeia a sua perceção. Creio também ser assim na vocação profissional da sociologia.

De facto, a relação entre a sociologia, a sociedade e a política é um debate longo, cujos contornos na atualidade não nos cabe aqui discutir detalhadamente. Mas a terceira tese que proponho vai de encontro a essa relação. Pese embora a pluralidade de perspetivas e de pontos de vista sobre esta matéria, não creio que hoje se possa valorizar profissionalmente os sociólogos a partir de um empobrecimento da dimensão propriamente crítica e reflexiva do conhecimento que estes estão habilitados a desenvolver. Partilho aliás da ideia de que a sociologia tem, entre outras tarefas, de criar uma barreira crítica perante o exercício dos poderes na sociedade e na academia e parece-me útil a chamada de atenção de Pierre Bourdieu quando defende que “a sociologia tem mais probabilidade de frustrar ou contrariar os poderes quanto melhor preencher a sua função propriamente científica” (Bourdieu, 2003, pp. 31). No atual debate sobre a empregabilidade dos sociólogos, vale a pena levar ao extremo a preocupação fundamental do meu argumento: uma sociologia que abdique da sua autonomia crítica em relação ao exercício do poder na sociedade não é uma sociologia a abrir portas à sua profissionalização. Pelo contrário, não há nenhuma razão para acreditarmos que o empobrecimento da génese crítica da sociologia contribua para sua valorização científica ou profissional. Como esclarece José Madureira Pinto, continua a ser atual a ideia de que

está ao alcance dos sociólogos “formular um conjunto de problemas que, noutros entendimentos, ou não existem ou são recalcados” (Pinto, 2004, pp. 24).

Como defendi noutra circunstância, a haver mais sociologia nos diversos campos profissionais, o seu desígnio não se deve alterar: “conhecer melhor a sociedade em que vivemos, através de métodos rigorosos de investigação e de verificação da realidade social. Mas fazê-lo com aquilo que a sociologia tem de mais forte: uma consciência reflexiva e crítica capaz de pensar os fenómenos na sua totalidade, capaz de problematizar as relações de poder que neles se estabelecem, incluindo as condições de produção da prática sociológica, e assumir a responsabilidade de não ceder aos interesses que põem em causa o conhecimento da realidade” (Mineiro, 2004, pp.14). Será esse conhecimento da sociedade, como indica Bourdieu (2003), um “conhecimento incómodo”? Seguramente que sim. Mas foi assim que nasceu e cresceu a sociologia: de um incómodo pela forma parcial como a realidade das sociedades (não) era representada. Dar corpo, músculo e densidade a esse incómodo continua a ser o nosso papel, na academia e fora dela.

Referências bibliográficas

- Alberto, Maria Angelica (2005), “Empregabilidade: origens e usos”, *Trabalho & Educação*, 14, pp. 150-162.
- Andrews, Jane e Helen Higson (2007), “Education, employment and graduate employability: project manual”, *The Mislem Project: Developing meta-level quality indicators for establishing a systematic linkage between educational institutions and the labour market: A Leonardo Da Vinci Project, Sponsored by the European Union*. Disponível em: http://eprints.aston.ac.uk/457/1/mislem_manual_andrews_higson.pdf.
- Boden, Rebeca e Maria Nedeva (2009), “Employing discourse: universities and graduate ‘employability’”, *Jornal of Education Policy*, 15, pp. 37-54.
- Bourdieu, Pierre (2003), *Questões da Sociologia*, Lisboa, Fim de Século.
- Bourdieu, Pierre (2002), *Esboço de uma teoria da prática — precedido de três estudos sobre etnologia Cabila*, Oeiras, Celta.
- Costa, António Firmino da (2004), “Será a sociologia profissionalizável?”, em Carlos Manuel Gonçalves, Eduardo Rodrigues e Natália Azevedo (org.), *Sociologia no Ensino*

- Superior: Conteúdos, Práticas Pedagógicas e Investigação, Porto, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 35-59.
- Costa, António Firmino da (1993), “Prática sociológica e deontologia profissional dos sociólogos”, Estruturas Sociais e Desenvolvimento (Actas do 2.º Congresso Português de Sociologia), II, Lisboa, APS e Editorial Fragmentos, pp. 171-178.
- Costa, António Firmino da (1988), “Cultura profissional dos sociólogos”, Sociologia, Problemas e Práticas, 5, pp. 107-124.
- Gazier, Bernard (2001), “Employability: the complexity of a policy notion”, in Patricia Weinert, Michéle Baukens, Patrick Bollerot, Marina Pineschi-Gapénne e Ulrich Walwei (org.), Employability: From Theory to Practice, New Brunswick, pp. 3–23.
- Gazier, Bernard (1998a), “Observations and recommendations”, in Bernard Gazier (org.), Employability — Concepts and Policies, Berlim, European Employment Observatory, pp. 298–315.
- Gazier, Bernard (1998b), “Employability — definitions and trends”, in Bernard Gazier (org.), Employability - Concepts and Policies, Berlim, European Employment Observatory, pp. 37–71.
- Helal, Diogo Henrique e Maíra Rocha (2011), “O discurso da empregabilidade: o que pensam a academia e o mundo empresarial”, Cadernos EBAPE.BR, 9, pp. 139-154.
- Machado, Fernando Luís (1996), “Profissionalização dos sociólogos em Portugal: contextos, recomposições e implicações”, Sociologia, Problemas e Práticas, 20, pp. 43-103.
- Mineiro, João (2012), “Será possível profissionalizar uma ciência? Cientificidade, profissionalização e questões deontológicas na sociologia”, CIES e-Working Paper, 35/2012, pp. 1-16.
- Pinto, José Madureira (2004), “Formação, tendências recentes e perspectivas recentes de desenvolvimento da sociologia em Portugal”, Sociologia, Problemas e Práticas, 46, pp. 11-31.
- Santos, Boaventura de Sousa e Naomar de Almeida Filho (2008), A Universidade no século XXI: para uma universidade Nova, Coimbra, Almedina.

Silva, Augusto Santos (1986), “A ruptura com o senso comum nas ciências sociais”, em Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (org.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, pp. 29-53.

Tomlinson, Michael (2012), “Graduate Employability: A Review of Conceptual and Empirical Themes”, *Higher Education Policy*, 25, pp. 407-431.

Zulauf, Monika (2006), “Ensino superior e desenvolvimento de habilidades para a empregabilidade: explorando a visão dos estudantes”, *Sociologias*, Porto Alegre, 16, pp. 126-155.